

SUMÁRIO

<i>Apresentação à edição brasileira</i>	XIII
<i>Introdução. O contexto do direito</i>	1
CAPÍTULO PRIMEIRO A definição de direito	11
1. <i>A pergunta “o que é o direito?”</i>	11
2. <i>O jusnaturalismo e o positivismo jurídico</i>	17
a) O ceticismo ético	35
b) O positivismo ideológico.....	36
c) O formalismo jurídico.....	41
d) O positivismo metodológico ou conceitual ...	42
3. <i>A proposta do realismo jurídico</i>	50
a) O ceticismo perante as normas.....	50
b) <i>Análise crítica do realismo. O papel das normas jurídicas</i>	53
<i>Perguntas e exercícios – I</i>	59
CAPÍTULO II O conceito de norma jurídica	73
1. <i>A linguagem prescritiva</i>	73
2. <i>As normas na teoria de Von Wright</i>	77
a) <i>Caracterização geral</i>	77
1) <i>As regras definitórias ou determinativas</i>	78
2) <i>As diretivas ou regras técnicas</i>	78
3) <i>Prescrições</i>	79
1) <i>Normas ideais</i>	80
2) <i>Costumes</i>	80
3) <i>Normas morais</i>	80

b) As normas prescritivas e seus elementos.....	81
1) <i>Caráter</i>	83
2) <i>Conteúdo</i>	84
3) <i>A condição de aplicação</i>	88
4) <i>Autoridade</i>	88
5) <i>Sujeito normativo</i>	89
6) <i>A ocasião</i>	89
7) <i>A promulgação</i>	90
8) <i>A sanção</i>	90
3. <i>A teoria de Kelsen quanto às normas jurídicas</i>	90
a) As normas jurídicas como juízos de “dever ser”.....	91
b) A estrutura das normas jurídicas.....	93
c) Tipos de normas jurídicas.....	95
d) O caso das normas que não estabelecem sanções.....	99
e) Norma jurídica e proposição normativa.....	100
4. <i>Críticas à concepção de Kelsen sobre a estrutura das normas jurídicas</i>	101
1) Regras primárias.....	105
2) Regras secundárias.....	105
a) <i>Regras de reconhecimento</i>	106
b) <i>Regras de mudança</i>	106
c) <i>Regras de adjudicação</i>	106
5. <i>Sobre a existência das normas jurídicas</i>	107
<i>Perguntas e exercícios – II</i>	111
CAPÍTULO III O sistema jurídico	117
1. <i>Os traços distintivos dos sistemas jurídicos</i>	117
a) Os sistemas jurídicos como sistemas normativos.....	118
b) Os sistemas jurídicos como sistemas coativos.....	119
c) Os sistemas jurídicos como sistemas institucionalizados.....	122
d) Os órgãos primários dos sistemas jurídicos..	126
e) A obrigação dos órgãos primários de aplicar normas e a regra de reconhecimento de Hart.	128

2. Critérios de pertinência e de individualização	131
a) A pertinência ao sistema das normas derivadas	132
b) A pertinência ao sistema das normas não derivadas. Diferentes critérios de individualização	137
1) O critério territorial	138
2) O critério da origem em certo legislador.....	139
3) O critério da norma fundamental	140
4) O critério baseado na regra de reconhecimento..	143
5) O critério baseado no reconhecimento dos órgãos primários	148
3. A validade e a existência do direito	154
a) Diferentes sentidos de “validade”	154
b) Os conceitos normativo e descritivo de validade	157
c) O conceito de validade de Kelsen.....	158
d) A existência das normas como conceito descritivo.....	163
4. A relação de um sistema jurídico com o direito internacional.....	166
5. A mudança regular da base de um sistema jurídico ..	169
6. A estrutura dos sistemas jurídicos e os procedimentos de criação de normas.....	172
a) As fontes do direito	172
b) A ordem hierárquica das normas que integram um sistema jurídico.....	178
<i>Perguntas e exercícios – III</i>	183
CAPÍTULO IV Os conceitos básicos do direito	195
1. <i>Introdução. A teoria dos conceitos jurídicos básicos</i> ..	195
2. <i>O conceito de sanção</i>	198
a) A coerção é distintiva da atividade de sancionar	199
b) A sanção tem por objeto privar outro de algum bem	200
c) A sanção é exercida por uma autoridade competente	201

d) A sanção é consequência de uma conduta	202
3. <i>O conceito de ato antijurídico (delito)</i>	204
a) A definição de Kelsen	204
b) A definição de “delito” na dogmática penal.	209
c) Comparação entre a definição de “delito” formulada pela dogmática e a de Kelsen.....	215
4. <i>O conceito de responsabilidade</i>	218
a) Diferentes sentidos de “responsabilidade” ...	218
b) Tipos de responsabilidade.....	221
5. <i>O conceito de dever jurídico</i>	224
6. <i>O conceito de direito subjetivo</i>	229
a) Os direitos subjetivos em geral	229
1) “Direito” como equivalente a “não proibido” ..	233
2) “Direito” como equivalente à autorização	237
3) “Direito” como correlato de uma obrigação ativa	238
4) “Direito” como correlato de uma obrigação pas- siva	240
5) “Direito” como ação processual	241
6) Direito político	243
b) O direito de propriedade em particular.....	246
7. <i>Capacidade jurídica e competência</i>	255
a) Capacidade	255
b) Competência	261
8. <i>O conceito de pessoa jurídica</i>	264
1) Teorias “negativas”	267
2) Teorias “realistas”	267
3) A teoria “da ficção”	268
4) A teoria de Kelsen	268
5) O enfoque mais plausível: a pessoa jurídica co- mo uma construção lógica.....	271
<i>Perguntas e exercícios – IV</i>	279
CAPÍTULO V A interpretação das normas jurídicas.	289
1. <i>Introdução</i>	289
2. <i>Alguns aspectos da linguagem que falamos</i>	292
a) As palavras e sua relação com a realidade ...	292
b) O significado das palavras.....	297
c) As orações e as proposições.....	302

3. Os problemas de interpretação da linguagem jurídica	305
a) Ambiguidades	307
b) Imprecisões	312
c) A carga afetiva da linguagem	317
d) A força das orações	319
e) Dificuldades na promulgação das normas	320
4. As falhas lógicas dos sistemas jurídicos	321
a) As contradições entre normas jurídicas	322
b) A redundância normativa	330
c) As lacunas do direito	332
d) A inoperância de certas normas jurídicas	342
5. A interpretação do direito jurisprudencial	346
6. A interpretação das normas jurídicas e a administração de justiça	349
7. Direito, administração de justiça e mudanças sociais	354
Perguntas e exercícios – V	361
CAPÍTULO VI A ciência do direito	371
1. Alguns modelos possíveis de ciência do direito	371
2. A dogmática jurídica	377
a) A adesão dogmática ao direito positivo	379
b) O modelo dogmático do legislador racional.	386
c) Outras técnicas dogmáticas para justificar soluções originais	392
3. Rumo a uma nova “ciência” do direito?	398
Perguntas e exercícios – VI	409
CAPÍTULO VII A valoração moral do direito	415
1. Introdução	415
2. Teorias sobre o significado dos conceitos e juízos morais (metaética)	417
a) As teorias descritivistas	418
1) O naturalismo	418
2) O não naturalismo	422
b) As teorias não descritivistas	426
1) O emotivismo	427

2) O prescritivismo.....	431
c) Outras posturas.....	436
1) A teoria do “ponto de vista moral”	436
2) A teoria do “objeto da moralidade”	439
d) Uma breve nota sobre o relativismo e o ceticismo ético	443
3. Algumas teorias de justiça e moralidade social (ética normativa)	450
a) Teorias teleológicas.....	451
1) Santo Tomás e a perfeição do homem	451
2) O utilitarismo e a felicidade geral	460
b) Teorias deontológicas.....	473
1) Kant e o reino dos fins	473
2) Rawls e a posição originária	481
4. A valoração moral de algumas instituições e soluções jurídicas em particular.....	490
a) A fundamentação liberal dos direitos individuais básicos.....	491
b) O direito como instrumento para tornar efetiva a moralidade.....	498
c) A justificação da pena	503
d) O papel dos juízes em uma sociedade democrática.....	509
<i>Perguntas e exercícios – VII</i>	515
<i>Bibliografia</i>	529
<i>Índice sinóptico</i>	541
<i>Índice alfabético de autores e temas</i>	557